

DIAGNÓSTICO HISTÓRICO E ATUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO LITORAL MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL

Joselaine Lemos da Silva ¹; Patrícia Martins da Silva ²;

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - joselainelemos1998@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - patricia.silva@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

As Comunidades Quilombolas simbolizam um legado histórico, cultural e social de suma importância para o Brasil. Conhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombos, essas coletividades mantêm vínculos históricos com a luta negra contra a escravidão, continuando a preservar seus modos de vida, tradições culturais e suas estruturas organizacionais específicas (BRASIL, 1988).

O litoral médio do Rio Grande do Sul representa uma área de significativa importância histórica, cultural e socioeconômica. A trajetória dessas regiões está profundamente conectada ao processo de colonização e desenvolvimento. Entretanto as riquezas das cidades foram construídas à custa de trabalho escravo, onde milhares de africanos e afrodescendentes enfrentaram longas jornadas e condições de trabalho desumanos (CAPA, 2013).

Nesse cenário, a fuga de escravizados e a criação de comunidades autônomas foram táticas fundamentais de resistência. A partir da Constituição Federal de 1988, houve um avanço significativo no reconhecimento legal das Comunidades Quilombolas no Brasil, com a asseguarção do direito à posse definitiva das terras no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2003).

O Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, foi um marco ao apresentar, pela primeira vez, informações oficiais e detalhadas sobre a população quilombola do país. Para o litoral médio, esses dados possibilitaram identificar o número de habitantes quilombolas, a distribuição geográfica, as condições de moradia e as necessidades mais prementes (IBGE, 2023).

Assim, estudar as Comunidades Quilombolas do litoral médio vai além de uma análise acadêmica é uma forma de contribuir para o reconhecimento e valorização de um legado histórico que une luta, resistência e preservação cultural. O objetivo deste trabalho é construir um diagnóstico que considere tanto aspectos da história quanto a situação atual das Comunidades Quilombolas localizadas no litoral médio do Rio Grande do Sul. Nesta perspectiva busca-se integrar informações históricas e culturais sobre a formação dos quilombos na região com dados demográficos recentes, permitindo traçar um diagnóstico mais amplo e fundamentado.

2. METODOLOGIA

Este trabalho pode ser classificado como uma pesquisa exploratória, com caráter descritivo, realizada a partir de consulta a fontes documentais e bibliográficas, combinando elementos qualitativos e quantitativos (GIL, 2008).

Os dados quantitativos foram extraídos do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023), contemplando variáveis como população autodeclarada quilombola, domicílios, acesso à infraestrutura básica e a distribuição urbana-rural.

As informações qualitativas foram obtidas a partir do relatório intitulado “Um Novo Olhar sobre o Território Zona Sul” (CAPA, 2013), complementados por marcos legais como o Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003) sobre a formação cultural das regiões.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados resultam da combinação entre as informações do Censo Demográfico 2022 Quilombolas (IBGE, 2023) e as evidências qualitativas do relatório Um Novo Olhar sobre o Território Zona Sul (CAPA, 2013), com foco exclusivo no Litoral Médio do Rio Grande do Sul.

3.1 DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E TERRITORIAL

O Censo Demográfico de 2022 representou um passo importante ao efetivar uma primeira tentativa oficial de contabilizar a população quilombola de forma pormenorizada. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o estado do Rio Grande do Sul conta com 17,9 mil indivíduos quilombolas. Em relação a distribuição, ao considerar o estado do RS, a presença de quilombolas é significativa tanto em regiões rurais como urbanas.

Ao considerar a região do Litoral Médio do Rio Grande do Sul, os dados relacionados a presença de indivíduos quilombolas nos municípios indicam respectivamente, 654 indivíduos quilombolas no município de Mostardas, 239 no município de Palmares do Sul, 218 em Tavares, 142 em Capivari do Sul e 58 em São José do Norte.

Outro ponto importante é a distribuição geográfica da população. Nos municípios do litoral médio do Rio Grande do Sul, mais de 75% dos quilombolas habitam áreas rurais, mantendo laços com a agricultura familiar como subsistência e a pesca artesanal para sua sobrevivência (IBGE, 2023).

3.2 CONDIÇÕES DE VIDA E INFRAESTRUTURA

Os indicadores relacionados à infraestrutura básica demonstram uma desigualdade significativa em relação ao acesso e disponibilidade, indicando que 94% das populações quilombolas rurais vivem em situações de saneamento deficiente, sem acesso contínuo à rede de esgoto ou coleta apropriada de resíduos. Essas restrições de acesso à infraestrutura, também foram destacadas no Relatório elaborado pelo CAPA (2013), que indica que a localização isolada e distante das Comunidades Quilombolas no território dificulta o acesso aos serviços essenciais.

Outro aspecto preocupante é o alto índice de analfabetismo entre as comunidades quilombolas, demonstrando que as populações quilombolas enfrentam desafios em relação ao acesso ao sistema formal de educação e a permanência nas escolas.

Adicionalmente, os dados sugerem que cerca de 80% dos lares quilombolas no litoral médio são de propriedade dos residentes, embora nem todos estejam formalmente reconhecidos como territórios quilombolas. A ausência de regularização da terra é um dos principais obstáculos para o acesso às políticas

públicas específicas, conforme apontado pelo Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003).

3.3 CULTURA E IDENTIDADE

Ao considerar o levantamento territorial efetuado pelo IBGE (2023), observa-se que mesmo enfrentando dificuldades, essas comunidades continuam a cultivar tradições culturais e práticas produtivas que fortalecem sua identidade. Esses grupos praticam atividades produtivas centradas na agricultura de subsistência e na produção agroecológica, cultivando milho, feijão, mandioca, vegetais e criando animais. A pesca artesanal, especialmente nas regiões de São José do Norte e Tavares, representa não apenas uma fonte de ganho financeiro, mas também um legado cultural que é passado de geração para geração.

No aspecto cultural, sobrevivem expressões como festas religiosas, danças, culinária e a utilização de plantas medicinais. Essas manifestações fortalecem a identidade coletiva e possuem potencial para impulsionar o turismo de base comunitária (CAPA, 2013).

A avaliação integrada dos dados quantitativos e qualitativos revela que as Comunidades Quilombolas do litoral médio vivem uma realidade dupla: de um lado, preservam uma herança histórica de resistência, saberes tradicionais; do outro lado, enfrentam deficiências estruturais e obstáculos à regularização fundiária que restringem o acesso a direitos. Para transformar as potencialidades da região em desenvolvimento sustentável, é necessário promover políticas de titulação de terras, expansão da infraestrutura básica, apoio à produção agroecológica e valorização do patrimônio cultural.

4. CONCLUSÕES

O diagnóstico das comunidades quilombolas localizados no litoral médio do Rio Grande do Sul revelou uma variedade intrincada de realidades, influenciada pela herança da escravidão e pela luta incessante por território, reconhecimento e direitos. A investigação indicou que, embora a Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887/2003 sejam marcos legais significativos, a implementação dessas garantias enfrenta barreiras estruturais, especialmente relacionadas à regulação da terra e ao acesso a políticas públicas direcionadas.

Os dados obtidos a partir do Censo Demográfico 2022 ofereceram, pela primeira vez, uma visão estatística oficial sobre a quantidade de quilombolas nos territórios, indicando que todos os municípios analisados possuem Comunidades Quilombolas com diversos níveis de infraestrutura e integração socioeconômica. No entanto, desafios relevantes ainda persistem, como a falta de saneamento básico adequado e as dificuldades diárias enfrentadas ao nível de territórios.

Além disso, a pesquisa também evidenciou aspectos positivos significativos, relacionados aos modos de vida e estratégias de sobrevivência das comunidades. A presença de práticas agroecológicas, a conservação de sementes crioulas e a preservação e continuidade de expressões culturais tradicionais evidenciam a resistência e a capacidade de autogestão dessas comunidades e famílias, em estreita associação ao ambiente e território onde vivem.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. **Um novo olhar sobre o território Zona Sul**. Pelotas: CAPA, 2013.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022 – Quilombolas: primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.